



“SEGUNDO O BOM GOSTO DAS NAÇÕES EUROPEIAS”. A FORMAÇÃO DA
COLEÇÃO EGÍPCIA DO MUSEU NACIONAL DA UFRJ, NO SÉCULO XIX

André Onofre Limírio Chaves*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de formação da coleção egípcia do Museu Real (atual Museu Nacional da UFRJ),¹ situando-o nos contextos oitocentista do colecionismo de curiosidades e da formação de museus; bem como das diversas modalidades de colecionismo de antiguidades egípcias vigente no Brasil imperial. Adquirida em 1826, essa coleção possui extrema relevância para compreendermos as tendências colecionistas do período. Para além disso, o acervo ganhou notável destaque em sua época, sendo possível recompor a trajetória dos usos dados a ela pela instituição, o que permitem entender as diversas formas de recepções e ressignificações pelos quais seus itens passaram, ao longo do século XIX.

Palavras-chave: Colecionismo; Antiguidades Egípcias; Museu Nacional da UFRJ; História do Brasil Império; História das Coleções

Abstract: This paper aims to analyze the process of formation of the Egyptian collection of the Royal Museum (current National Museum of UFRJ), situating in the nineteenth-century contexts of collecting curiosities and the formation of museums; as well as of the diverse modalities of collection of Egyptian antiquities present in Imperial Brazil. Acquired in 1826, this collection is extremely relevant to understand the collecting practices of period. In addition, the collection gained remarkable prominence in its time, and it is possible to recompose the trajectory of the uses given to it by the institution, which yours items passed during the XIX century.

Key-words: Collecting; Egyptian Antiquities; National Museum of UFRJ; Empire of Brazil; History of Collections.

¹ Também chamado de Museu Imperial Nacional ou Museu Nacional. A nomenclatura “Imperial” foi definitivamente retirada [no início da República, em 1889.



O colecionismo de antiguidades egípcias

Ao longo da era moderna, foi recorrente a presença de objetos do Antigo Egito nas coleções europeias, ainda que houvesse um predomínio do gosto pelo colecionismo de antiguidades clássicas, gregas e romanas. Grande parte das mais renomadas coleções dos séculos XVI e XVII possuíam, mesmo que em número reduzido, seus próprios exemplares da cultura material do Antigo Egito. Na França, o botânico e astrônomo Nicolas Claude Fabri Peiresc foi um dos vários eruditos que possuíam um notável gabinete de curiosidades, no qual se encontravam antiguidades egípcias. Em Roma, o cardeal Pietro Bembo estabeleceu um *studiolo* – lugar de estudo e contemplação mais íntima do humanista –, que reunia uma considerável quantidade deste tipo de objetos, encontrados nas cotidianas obras de construção de edifícios.²

Nestas coleções, itens da cultura material da antiguidade egípcia podiam ser compreendidos como curiosidades de uma terra distante ou serem objeto de interpretações esotéricas. Entretanto, a partir do século XVIII, este cenário mudou e estes objetos passaram a ser interpretados como fontes de informação sobre o passado das civilizações.

No fim do século XVIII e início do XIX, surgiram as primeiras grandes instituições museológicas, que se caracterizaram por reunir um grande número de objetos em seus acervos, muitos dos quais foram teriam sido adquiridos como contribuições de coleções régias e particulares. O Museu do Louvre e o Museu Britânico são os principais representantes destas instituições oitocentistas que investiram na formação de coleções de antiguidades egípcias.

Com a Revolução Francesa colocou-se a importância de tornar o conhecimento acessível a todos os cidadãos, fazendo com que os museus passassem a ser percebidos como instituições que deveriam contribuir para a formação da nação. Em seu tempo, os antigos

² Para saber mais sobre gabinete Nicolas Claude Fabri Peiresc, ver: <https://curiositas.org/cabinet/curios1156>. Sobre o *studiolo* do cardeal Pietro Bembo ler: LA FUENTE, M^a Amparo Arroyo de. El cardenal Pietro Bembo y el colecionismo de piezas egípcias en el Renacimiento. *Glyphos, Revista de História*, nº3, 2015. pp.33-47.



3º sebra MUS

gabinetes de curiosidades,³ como locais de organização sistemática e ordenada do conhecimento de acordo com a visão de mundo do colecionador, recebiam visitantes e contribuíam para a circulação de conhecimento. Entretanto, para a perspectiva dos novos museus, esta circulação do saber era muito tímida e pouco influía na formação do público mais leigo, não sendo interessante que o acesso às coleções permanecesse restrito apenas ao mundo aristocrático⁴.

Não foi por mera coincidência que este trabalho se inicia mencionando o Museu do Louvre e o Museu Britânico. Na emergência dos novos museus nacionais, estas instituições se tornaram exemplares deste movimento de reunir e expor amplas coleções de antiguidades egípcias, transformando-as em fontes de estudo científico e de formação do cidadão. Simultaneamente, museus deste tipo se transformaram em símbolos do poderio dos grandes Impérios europeus, representando sua capacidade de conquistar e dominar as sedes das grandes civilizações do passado.⁵ O poder simbólico destas instituições ao representarem as nações podia ser percebido não apenas pela magnitude arquitetônica dos museus instalados nas principais capitais europeias, como também pela extensão de suas coleções, muitas vezes formadas por meio do espólio do patrimônio histórico dos lugares e povos conquistados.

É notável a diferença existente entre as práticas colecionistas desenvolvidas entre o século XVIII e o XIX. No primeiro momento, a mentalidade iluminista promoveu transformações na organização das coleções privadas e régias, que assumiram o novo caráter sistemático de organização dos saberes preconizado. Nestes espaços destinados à promoção de vários tipos de conhecimento por meio de exibição da cultura material, o principal público era

³ Sobre os gabinetes de curiosidades e para melhor compreensão desse termo, recentes trabalhos da Museóloga Carolina Vaz de Carvalho possibilitam uma melhor compreensão sobre o colecionismo na época Moderna. De modo que essa pesquisadora realiza diálogos que saem dos tradicionais clichês reducionistas. Para saber mais, ler: CARVALHO, Carolina Vaz de. Reorganizando o Gabinete: uma discussão sobre a categoria de “gabinetes de curiosidade” e o colecionismo na primeira era moderna. IN: *Anais do VI EPHIS*.

⁴ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2006. 288 p

⁵ Para saber mais, ler: SAID, Edward W.. *Cultura e imperialismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 567 p.



3º sebra MUS

composto por sábios e eruditos que enxergavam os museus como locais de produção do saber e de salvaguarda das antiguidades remanescentes. A presença de um antiquário – que segundo Arnaldo Momigliano era “um amante, colecionador e estudioso das tradições antigas [...], mas não um historiador”⁶ – garantia notoriedade para a instituição museal. Em algumas coleções, eram eles os responsáveis por classificar os acervos e destacar seus itens de maior, promovendo a magnitude do Estado Real na extroversão das coleções.

No século XIX, com as transformações sociais e políticas causadas pela Revolução Francesa e a emergência dos grandes Impérios europeus, os museus adquiriram um novo *status*. Civilização e progresso eram noções que começaram a ser atreladas ao trabalho dos museus e de outros aparatos culturais, que se transformaram em instrumentos para a produção de uma boa imagem e de discursos de legitimação para as ações das grandes nações. A sistematização e ordenação dos acervos propostas pelo Iluminismo, no século XVIII, se mantiveram no século XIX, de modo que os museus assumiram um caráter enciclopédico, embora ampliando a dimensão do seu público. Agora, esses espaços não são dedicados apenas a aristocracia, mas também todo cidadão da nação. Segundo Françoise Choay:

Reunido obras de arte, além de, em consonância com o espírito enciclopedista, objetos das artes aplicadas e máquinas, os museus ensinarão civismo, história, assim como as competências artísticas e técnicas⁷.

Para o pensamento imperialista do século XIX, não bastava colonizar economicamente as nações menos privilegiadas. Era necessário mesmo conquistar uma parcela da cultura material das colônias, principalmente os bens artísticos e etnológicos, que passavam a representar a diversidade de povos existentes no planeta que se encontravam sob o domínio de determinado Império. Pode-se mesmo pensar na existência de um imperialismo cultural, que

⁶ MOMIGLIANO, Arnaldo. Ancient History and the Antiquarian. In: **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**. Vol.13, Nº3/4 (1950) p. 290.

⁷ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp. 2006. p.100-101.



3º sebra MUS

foi o principal responsável pela formação de diversas coleções e que, em alguns casos, chegou a ocasionar a constituição de museus. Este teria sido o caso do Museu Egípcio de Turim, que teve como núcleo inicial de seu acervo a coleção privada do cônsul francês Bernadino Drovett. Esta coleção foi vendida para o rei Charles Félix da Sardenha que, em 1824, a institucionalizou para fundar o referido museu. De acordo com Myriam Santos:

[...] os grandes museus europeus não se contentaram em constituir coleções com base apenas nas suas riquezas nacionais. Nos novos templos nacionais procurava-se mostrar não apenas a riqueza de cada nação, mas o poder de cada nação em mostrar as riquezas trazidas de outras civilizações como parte de sua história⁸.

Com a euforia das grandes nações europeias em ampliar o seu domínio pelo mundo e com a presença marcante desse imperialismo cultural, vários museus constituíram suas principais coleções a partir de espólios obtidos em situações de guerras e conquistas. É nesse contexto que a figura do general e futuro imperador Napoleão Bonaparte surgiu e provocou um dos mais caudalosos fluxos de cultura material e bens patrimoniais espoliados, provenientes de toda a Europa e direcionados para as coleções da França.

Após sua coroação, Napoleão Bonaparte ressuscitou símbolos e práticas da antiguidade romana, entre elas a exibição de espólios de guerra como forma de comemoração, exaltação e legitimação de suas conquistas. As ações de Napoleão no campo simbólico são importantíssimas para a reflexão na construção desta pesquisa, pois suas práticas colecionistas se tornaram tendência na Europa, sobretudo quando com a conquista do Quêdivato do Egito resultou na constituição de enormes coleções de antiguidades egípcias, que maravilharam diversas nações.

O Egito era um lugar pouco conhecido pelos europeus desde a suas conquistas pelos otomanos. Sua beleza excitava a imaginação europeia, criando sedutoras imagens sobre a cidade do Cairo e suas diversas mesquitas, criadas na era dos sultões. Foi com a invasão de

⁸SANTOS, Myriam S.. Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional. **Soc. estado.**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 271-302, Dec. 2000. p. 279



3º sebra MUS

Napoleão ao Egito, entre 1798 a 1801, que grande parte do mundo passou a ter o contato direto com elementos materiais de outros momentos do passado glorioso, especialmente da época dos faraós. Segundo Silvia Einaudi:

“O Egito, até então desconhecido de todos, revelou-se portanto à Europa como uma caixa de maravilhas que inebriou literalmente os círculos culturais do antigo continente. Dessa forma, abriu-se o caminho para o estudo, mas também com ele o da espoliação sistemática e desenfreada dos monumentos egípcios, que tinham se tornado fonte inexaurível de riqueza para os ávidos reinos europeus que competiam entre si para enriquecer as coleções dos respectivos museus”⁹.

Com a abertura do Egito, o mundo ficou admirado com a magnitude das pirâmides e demais construções monumentais que a civilização egípcia construiu em seus tempos de glória. As fascinantes múmias, que ao mesmo tempo causava espanto e admiração, se transformaram no souvenir preferido dos viajantes que iam conferir de perto a Terra dos Faraós. Neste período, o fascínio pelo Egito Antigo foi ampliado, como efeito da publicação da inusitada e monumental obra da *Commision des Arts et des Sciences de France*, intitulada “Descrição do Egito”. Esta publicação expôs para um largo público as diversas facetas dessa terra, abordando desde sua flora e fauna, até suas construções monumentais, havendo certa preferência pelas produções da antiguidade.

De caráter enciclopédico, a *Descrição do Egito* reunia textos com todo o conhecimento adquirido pela missão francesa. Ela trazia também pranchas litografadas de vários artistas, com as maravilhosas paisagens do oriente. Quem via as imagens se encantava pelo do lugar, que suscitava “um enorme interesse no público, nos eruditos e nos governos europeus” (SILIOTTI, 2007. p.102). O impacto da obra, que “incluía nove volumes de texto *in folio* com mais de sete mil páginas, complementados por dez tomos de gravuras” (SILIOTTI, 2007. p.100), foi

⁹ EINAUDI, Sílvia. Museu Egípcio do Cairo. Rio de Janeiro: Mediafashion, 2009. p.



3º sebra MUS

reforçado pelo fato dela mostrar os grandes monumentos egípcios das épocas dos faraós e também dos sultões.¹⁰

Bonaparte e a *Commision* foram, portanto, responsáveis por fazer o Egito cair definitivamente no gosto europeu. À sombra de seus feitos e atrelado ao orientalismo, surgiu o fenômeno da egiptofilia, que pode ser definida como uma admiração profunda pelo mundo dos faraós, acompanhada pelo desejo de conhecer a cultura material e os costumes deste lugar. Com a abertura da Terra dos Faraós e o surgimento da egiptofilia, conhecer o Egito tornou-se um fetiche para a sociedade europeia. Viajantes e exploradores frequentaram a terra. Antiguidades ocultadas pelas areias do deserto começaram a ser reveladas. O desejo de possuí-las se tornou corriqueiro. Consequentemente, no começo do séc. XIX, o Egito assistiu atônito suas preciosidades saírem de seu domínio, levados para museus e coleções particulares estrangeiros¹¹.

Em meados do século XIX, o comércio de antiguidades egípcias se tornou fervoroso. Grandes levas de objetos saíram do Egito, indo parar nas mãos de antiquários europeus, que alimentavam as coleções públicas e privadas existentes na época. Segundo Sales, “ao mesmo tempo que se procedia a este comércio oficial e legal de antiguidades, muitas outras [peças] continuavam a sua intensa circulação nos prósperos mercados paralelos” do Egito. O tráfico ilegal “era um lucrativo negócio para muitos comerciantes do Cairo e para numerosos camponeses da província”¹², bem como para comerciantes da Europa.

¹⁰ O período faraônico vai desde 3150 a.C. até 30 a.C. Já o dos sultões vai de 639 d.C. até 1919 d.C.

¹¹ VERCOUTTER, Jean. *Em busca do Egito Esquecido*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. 176 p.

¹² SALES, José das Candeias. A Arqueologia Egípcia no século XIX: da «caça ao tesouro» à salvaguarda da herança faraônica. *Revista do Instituto Oriental da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Coimbra Univ. Press. p.88



Dando lustro na Jovem Nação

Com a vinda da família real em 1808, aos olhos dos europeus, a colônia brasileira mostrava-se atrasada em diversos termos, desde sua organização administrativa até a sua via cultural. Para muitos viajantes do Velho Mundo não era de se surpreender que não existisse aparatos culturais em uma colônia portuguesa; principalmente em um espaço como o Brasil que, com a presença recorrente de indígenas, animais peçonhentos e o clima excessivamente quente, emanava ares de uma terra incivilizável. Para alguns destes visitantes, as condições dos trópicos afastavam a possibilidade dos brasileiros se tornarem refinados como os europeus e os habitantes de outras nações consideradas civilizadas. Segundo Lilia Schwarcz:

Logo na chegada [1808], o governo português passou a implementar uma espécie de “projeto civilizatório”, que incluía, o estabelecimento das principais instituições da metrópole, como o Desembargo do Paço, o Conselho da Fazenda, a Junta do Comércio, entre tantas outras. Afinal, se fazia necessário, e com urgência, importar e transplantar práticas que, originalmente em Portugal, faziam a máquina do Estado governar. De um lado, aí se instalara uma nova imprensa, o Jardim Botânico, o Banco do Brasil, o Museu Nacional e tantos feitos que convertiam o Rio de Janeiro em espelho exemplar da metrópole. De outro, permaneciam, tal qual tradições teimosas, os costumes da terra, que invertiam o reflexo que se pretendia mirar, ou davam a ele aspecto um pouco turvo e desfocado¹³.

Criado em 6 de junho de 1818, o Museu Imperial (posteriormente Nacional) e diversas outras instituições culturais fundadas pela política cultural de D. João VI serviam como instrumentos para fundar uma nova imagem do Brasil, elevando os ares da nova capital do Império Português à condição e semelhança das capitais das nações civilizadas europeias. Com um acevo inicial bem tímido, o Museu contava uma coleção que abarcava todas as tipologias de acervos comuns às grandes coleções europeias: obras de arte, animais empalhados, minerais, moedas antigas e objetos indígenas. Conseqüentemente, o museu se apresentava como uma

¹³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cultura. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz; SILVA, Alberto da Costa e. **História do Brasil Nação: 1808-2010**. Volume 1, Crise Colonial e Independência 1808-1830. São Paulo: Fundação Mapfre, Objetiva. 2011. p.207



3º sebra MUS

instituição mista, apresentando elementos de uma entidade de história natural, mas com a presença itens do mundo das artes. Esta forma de colecionismo era, de certa maneira, uma herança da tradição iluminista e criava um espaço enciclopédico que atendesse as necessidades de instrução daquele momento.

Desde a sua criação e até a independência, em 1822, o Museu Imperial viveu certo grau de incerteza quanto ao seu destino e papel perante a sociedade brasileira. A partir da década de 30, os diretores que passaram pela instituição perceberam a necessidade de ordenar o funcionamento da instituição e sistematizar a organização de seus acervos. O museu passou por processos que visavam enriquecer seu acervo, sobretudo no sentido de reforçar a execução de sua missão principal: mostrar as potencialidades das riquezas naturais brasileiras, mas também, iniciar uma tradição acompanhando os modismos europeus.

Em 1842, foi criado o primeiro regulamento interno da instituição, que visava dar “ao Museu Nacional uma organização acomodada à melhor classificação e conservação dos objetos”¹⁴. O museu foi dividido em quatro seções: Anatomia comparada e Zoologia; Botânica; Agricultura e Artes Mecânicas; Mineralogia, Geologia e Ciências físicas; e, por último, Numismática, Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas. Portanto, o Museu passava a ter divisões em que figuravam coleções de peças de origem brasileira. Mas, também incluía coleções cujo sentido deveria ser produzir uma narrativa da história de outras nações, que seriam incluídas na seção que mais nos interessa nesse trabalho: a Seção de Numismática, Artes liberais, Arqueologia e Usos e Costumes das Nações Modernas. Foi este seguimento do museu que incorporou as coleções de antiguidades, incluindo a de Antiguidades Egípcias.

A presença das coleções de Usos e Costumes das Nações Modernas adquiria um duplo sentido nas narrativas construídas pelo museu. Por um lado, a presença deste tipo tradicional de coleção aproximava o Museu Real da realidade dos museus nacionais europeus, com os quais

¹⁴ MUSEU NACIONAL. Regulamento nº123 de 3 de fevereiro de 1842. In: *Livro dos Offícios desde o ano de 1819 até 1842*, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ. folha 4.



3º sebra MUS

dividia as mesmas tipologias de acervos e coleções. Por outro, coleções com exemplares da cultura material de outras nações, sobretudo daquelas consideradas civilizadas, permitiam a produção de paralelos entre a realidade do Brasil e seus povos com os estágios de construção histórica das nações de outras partes do mundo. Assim, segundo Myriam Santos:

[...] o Museu Real, logo em seguida denominado Museu Nacional, aproximou-se muito dos museus europeus do período. O Museu Nacional reproduzia o discurso dos grandes museus europeus, ainda que em menores proporções. A constituição dos imaginários nacionais sempre envolve narrativas sobre origens, e para os articuladores do Império Brasileiro uma de nossas origens era sem dúvida aquela mesma que fundamentava as grandes potências europeias¹⁵.

O Museu Nacional se constituiria como uma entidade que nos primórdios de sua constituição deveria estar dialogando com as demais nações europeias civilizadas, principalmente após a Independência, de modo que o Império do Brasil apagasse seu passado colonial e mostrasse as outras nações a sua glória. Possuindo o Museu do Louvre e o Britânico como referências para a sua organização. As primeiras décadas do Museu Real faria um diálogo com a presença de obras de artes e elementos da História Natural.

Aquisição e recepção da coleção egípcia

“Dou-te parte que fui à Alfândega mostrar as múmias à imperatriz”¹⁶; em um trecho rápido e simples de uma carta endereçada a sua amante, Domitila de Castro, a Marquesa de Santos, o imperador do Brasil revelou como ocorreu seu contato com as peças que constituiriam a primeira coleção egípcia no Brasil. Naquele 21 de julho de 1826, com a sua esposa, a

¹⁵ SANTOS, Myriam S.. Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional. **Soc. estado**. Brasília, v. 15, n. 2, p. 271-302, Dec. 2000. p.281

¹⁶ Carta de D. Pedro I para a sua filha. In: ARQUIVO NACIONAL. *Cartas de Pedro I à Marquesa de Santos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1974. 633 p.

imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I foi à alfândega carioca observar os objetos que o Jornal Astrea caracterizaria como “dignos da admiração dos amigos de antiguidades”¹⁷. O interesse do imperador e da imperatriz pelas novidades foi tamanho que, três anos depois, foi formalizada sua compra para o acervo do Museu Imperial¹⁸.

A chegada destas antiguidades às terras brasileiras ocorreu em meados do ano de 1826¹⁹. Supostamente, um comerciante de antiguidades que viajava para a Argentina sofreu imprevistos e teve que ficar no Rio de Janeiro. Nicolau Fiengo, em sua bagagem, não levava apenas roupas e objetos pessoais, mas também uma carga com múmias, sarcófagos, esculturas, objetos funerários e outros itens que compunham um lote de “curiosidades” do Oriente.

As peças foram exibidas na alfândega da capital do Império.²⁰ Qual seria a reação de um brasileiro ao ouvir um estrangeiro afirmar que aqueles objetos tinham milhares de anos e que sua origem era um lugar só conhecido por meio de passagens bíblicas? Muito provavelmente, os visitantes que estiveram no local teriam observado as peças com curiosidade e alarme.

A coleção recém-adquirida pelo Estado Imperial passou pouco tempo na alfândega. Dado o interesse dos monarcas, após a visita, todo o acervo foi levado para o Museu Imperial. Percebemos isso, pois a documentação de julho de 1826 informa a presença da coleção na alfândega. Já em setembro do mesmo ano, o crítico Basílio Ferreira Goulart informa o seguinte: “Sr. Redator, parecia-me que a *loja do museu* se tinha convertido nas antigas catacumbas [...] *que de gente vai a ver!*”²¹. Portanto, estes trechos das matérias veiculadas pelos jornais cariocas

¹⁷ ASTREA, Jornal. *Antiguidades na alfândega do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia de Torres, 29/07/1826, nº 16. p. 63-64. Digitalizado, Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p. 63

¹⁸ A compra das antiguidades foi finalizada no ano de 1829, sendo registrada pelo Diário da Câmara dos Deputados, na seção de despesas extraordinárias, como “*Compra das antiguidades egípcias*”. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749419/4745>, último acesso: 25/08/16.

¹⁹ Para uma listagem das antiguidades egípcias que estavam expostas na Alfândega do Rio de Janeiro, ver: ASTREA, Jornal. *Notícias*. Rio de Janeiro, Nº37, 19 de setembro de 1826. p. 63.

²⁰ ASTREA, Jornal. *Antiguidades na alfândega do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia de Torres, 29/07/1826, nº 16. p. 63-64. Digitalizado, Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. p.63.

²¹ CONSTITUCIONAL, O Carioca. Que mangação!. IN: *Periódico Astrea*. Rio de Janeiro: Typographia de Torres, 29/07/1826, nº 37. p. 150 (destaque feito pelo autor)



3º sebra MUS

nos dão a certeza de que, logo após a visita dos monarcas à alfândega e três anos antes da efetivação da compra²², a coleção egípcia de Fiengo foi transferida para o Museu Imperial e que, ali, sua exposição atraiu grande quantidade de visitantes.

Até o século XIX, muitos brasileiros conheciam o Egito apenas como um lugar bíblico que serviu de refúgio para Jesus e seus pais. Havia sido ali, também, o local em que o povo hebreu havia sido escravizado, servindo de mão de obra para “tirânicos faraós”. Desde o século XVI, a terra dos faraós encontrava-se fechada para os ocidentais. Não era de se admirar que a Bíblia fosse a referência mais popular sobre o Egito²³. Portanto, não seria estranho também que ocorressem reações de desconfiança com relação à antiguidade e valor dos objetos e que a credibilidade de Fiengo fosse contestada. É nesse contexto que, novamente, a figura de Basílio Ferreira Goulart é de extrema relevância para o estudo desta coleção.

Basílio Ferreira Goulart, ou mais conhecido pelo seu pseudônimo, B.F.G o Carioca Constitucional, escreveu uma extensa crítica sobre a coleção para o Jornal Astrea. Publicada no dia 19 de setembro de 1826, a crítica avaliava que a coleção exposta no Museu Imperial não passava de “embrulhos nojentos” e “trapos e farrapos embrulhados em cadáveres esmirrados”. Por meio da crítica, é possível notar, ainda, qual concepção de gosto e qualidade artística esse indivíduo possuía, pois Goulart via maior relevância nas pinturas de grandes artistas que o Museu possuía que nos objetos egípcios.

Para além da crítica feita por Basílio, podemos contar com a resposta do comerciante de antiguidades, Nicolau Fiengo, que fora o responsável por vender a coleção egípcia. Com um caráter defensivo, Fiengo argumentou diversas vezes a autenticidade dos objetos, bem como provocou certo deboche pela falta de conhecimento de Basílio, que via nos objetos indígenas maior elaboração. Em sua defesa, Fiengo disse que “não tenho nada a que fazer se não carregar

²² A compra das antiguidades foi finalizada no ano de 1829, sendo registrada pelo Diário da Câmara dos Deputados, na seção de despesas extraordinárias, como “*Compra das antiguidades egípcias*”. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749419/4745>, último acesso: 25/04/17

²³ ARAÚJO, Luís Manuel de. *O Egito faraônico, Uma Civilização com três mil anos*. Lisboa: Arranha-céus, 2015. p. 291.

outra vez o que é meu e procurar outras terras onde o ouro tenha mais estimação do que a missanga”. Ou seja, o italiano equipara o valor das antiguidades ao do ouro e desmerece as artes indígenas, inferiorizando-as. Além disto, ele critica veementemente a falta de instrução e desinteresse que certos brasileiros possuíam em relação à coleção egípcia.

Após o período em que a coleção chegou no Rio de Janeiro, desencadeando um embate tão fervoroso, a documentação já encontrada não indica a existência de outro momento em que interpretação da coleção egípcia do Museu Imperial tivesse exaltado ânimos. É interessante notar, sobretudo, como a aquisição desses objetos provocou incertezas na população. Muitos duvidaram, mas outros se maravilharam, com a riqueza das curiosidades do Oriente.

Após a incorporação da coleção ao acervo do museu, os dados mais relevantes sobre as apropriações da coleção egípcia não dizem respeito à sua percepção pública, mas ao tratamento dado à coleção. Como já abordado, inicialmente, o Museu Imperial atuava de forma bem tímida no que se refere ao tratamento de seu acervo, mas estamos falando de concepções de disposição e acondicionamento do século XIX, que são pertinentes ao seu tempo. Graças a documentação museológica do Museu Imperial, existente desde a sua fundação, podemos traçar os caminhos que as coleções tiveram no espaço museal, identificando as formas de organização e exposição que tiveram ao longo do tempo. Não diferente, também é possível traçar a história do acervo egípcio do Museu Imperial por meio dos relatórios anuais e de alguns inventários produzidos ao longo do século XIX.

Como parte de um primeiro momento de constituição e consolidação do Museu Imperial, os objetos foram dispostos da melhor forma que convinham. A documentação dos primeiros anos da instituição até os anos 20 do séc. XIX é escassa, não indicando se já havia um direcionamento para a organização das salas expositivas que refletisse divisões temáticas segundo as diversas ciências ou ramos do conhecimento. Entretanto, já em 1838, temos a primeira “*Relação dos objetos que se conservam no Museu Nacional desta Corte*”, que inventariava os itens que compunham o acervo do museu, indicando sua localização no edifício

A *Relação* indica que, quando a coleção egípcia chegou ao museu, ela foi desmembrada



3º sebra mus

e suas principais peças foram acondicionadas nas salas de exposição que continham “*objetos relativos as artes, usos e costumes de diversos povos*”. Este local também abrigava elementos da cultura material de outras civilizações, como antiguidades mexicanas e europeias, peças intituladas da África Inculta, da Ásia, da Nova Zelândia, das ilhas Sandwich, Ilhas Atlentas [sic] e objetos de diversos grupos indígenas do Brasil. Podemos pensar, portanto, que o museu já possuía um local dedicado exibir e interpretar as antiguidades de todo o mundo. É possível inferir que esta organização do acervo refletia a persistência de práticas dos antiquários ilustrados, evidenciando uma tradição colecionista que foi transposta da Europa para o Brasil por aqueles que estavam habituados com esse tipo de colecionismo. Segundo Myriam Santos:

[...] no Museu Nacional há uma combinação de coleções que são constituídas basicamente por objetos de antigas civilizações, por uma representação romântica da natureza e da população nativa e pelo silêncio sobre a população negra. A tentativa de representar o Brasil através de um elo com a tradição europeia, ainda sob uma perspectiva imperialista e englobadora, ficou restrita ao Museu Nacional em suas primeiras décadas²⁴.

Com a premissa de dar ao “Museu Nacional uma organização acomodada à melhor classificação e conservação dos objetos” a instituição passou por uma sistematização do seu acervo. Com isso, em 1842, foi criada a Seção de Numismática, Artes Liberais; Arqueologia e Usos e Costumes das Nações Modernas. A coleção egípcia foi realojada nessa seção, de modo a se encaixar, acompanhada de objetos de outras procedências, no seguimento da exposição dedicado à arqueologia. De uma forma ou de outra, foi essa uma “tentativa do Império brasileiro de unir o velho e o novo mundo” (SANTOS, 2000, p.282). Em uma monarquia é necessário construir e expor tradições culturais e de poder. Portanto, conectar a jovem nação com o mundo antigo para indispensável e, como se fazia nos impérios europeus, associando objetos da antiguidade clássica com obras de arte contemporâneas, como se fez na França do séc. XIX:

[...] o Museu do Louvre, ao organizar as obras de arte de acordo com a história da arte, ordenou as obras do classicismo romano e do Renascimento italiano

²⁴ SANTOS, Myriam S.. Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional. *Soc. estado*. Brasília, v. 15, n. 2, p. 271-302, Dec. 2000. p. 274



3º sebra mus

como estes fossem os antecedentes naturais do classicismo francês. Com isso [...] formalizava mais uma vez a república francesa como sendo a autêntica herdeira da civilização clássica²⁵.

O prédio que abrigava o Museu Nacional, assim como vários museus pelo mundo, não foi construído e pensado para ser uma instituição museológica. Adaptações foram necessárias para melhor distribuição do acervo, ao longo dos primeiros anos de funcionamento da instituição. Entretanto, o “boom” de doações e coletas de objetos para comporem seus acervos ocasionou o esgotamento dos espaços do pequeno prédio, que ficou abarrotado de objetos. Assim, tornou-se necessário ampliá-lo. Esta foi uma das preocupações centrais de vários diretores que coordenaram a instituição, ao longo dos anos. Manoel Araújo Porto Alegre, por exemplo, fez um extenso elogio a Seção de Numismática, Artes Liberais, Arqueologia e Usos e costumes das Nações Modernas, no relatório anual de 1844. Mas, ao mesmo tempo, expos sua preocupação que os rumos que a ordenação daquela seção do museu estava tomando, em razão do crescimento do acervo. De acordo com Porto Alegre:

[...] os objetos desta seção têm sido colocados da melhor maneira que convém *ao local*, mas não como conviria ao *museu de uma Nação civilizada*, a pequenez da sala e sua construção imprópria não oferece os meios de *apresentar ao público uma classificação e ordem simétrica nos objetos plásticos e nas antiguidades egípcias, segundo o bom gosto das Nações europeias*²⁶.

Esse trecho possui informações riquíssimas sobre a percepção de Porto Alegre acerca de como a construção desse ambiente conectaria o Novo Mundo com o Velho. Notamos, que ao contrário que muito se pensa, havia uma grande preocupação dos diretores do Museu em garantir a melhor forma de exibição do acervo. A exposição não era, portanto, fruto de uma

²⁵ SANTOS, Myriam S.. Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional. *Soc. estado*. Brasília, v. 15, n. 2, p. 271-302, Dec. 2000. p. 277

²⁶ MUSEU NACIONAL. Seção de Numismática e Artes Liberais, Arqueologia, Uso e costumes das nações. In: *Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1843, e assim bem das necessidades mais urgentes do mesmo Estabelecimento*. Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ. folhas 43-44. (destaque feito pelo autor)



3º sebra MUS

desordem total. Existiam maneiras de se pensar como uma coleção era exposta em um ambiente. Para o Manoel Araújo Porto-Alegre, era necessário dispor o acervo de forma classificada e em uma ordem simétrica para melhor facilitar a fruição dos visitantes. Para além disso, essas concepções de exibição estavam relacionadas com o gosto europeu, de modo que possamos pensar que os funcionários do Museu estavam conectados com o que se pensava na Europa em termos de organização do espaço museal.

Por outro lado, garantir a essência da organização e sistematização do acervo assegurava que o Museu Nacional passasse a imagem de uma instituição digna de uma nação civilizada. O Brasil acabara de conquistar sua independência e era necessário apagar os vestígios de uma ex-colônia portuguesa. Portanto, esses personagens que eram responsáveis pelo museu sabiam a importância dessa instituição para compor um retrato da jovem nação. Segundo a interpretação que Manoel Araújo Porto Alegre fez da Seção de Numismática, Arte Liberais, Arqueologia e Usos e Costumes das nações:

As Nações europeias trabalham com afincamento para levar ao maior incremento possível estes gêneros de estudo, visto serem eles o índice da matéria espiritualista pela inteligência da indústria, e o roteiro da maior, ou menor perfeição, do maior ou do menor grau de civilização dos povos. *Apesar de que o nosso país se ache afastado dos depósitos dos monumentos da arte*, e se não encontrem nele esses *Mercados de antiguidades da Europa*, nem ainda nos produtos de sua indústria, carácter assaz pronunciado que revela sensivelmente a história das artes e ofícios, durante os três séculos da sua existência, possui, todavia, esta seção objetos de sumo valor, e que podem orientar no apreço dado ao estudo das belas artes²⁷.

Neste trecho do relatório de 1844, vemos como que o respectivo diretor do Museu interpreta a funcionalidade dessa seção como instrumento de instrução da nação. Para ele a ausência de arte própria do Brasil como representante de certa evolução artística pode ser

²⁷ MUSEU NACIONAL. Seção de Numismática e Artes Liberais, Arqueologia, Uso e costumes das nações. In: *Relatório dos trabalhos e aquisições havidas no Museu Nacional durante o ano de 1843, e assim bem das necessidades mais urgentes do mesmo Estabelecimento*. Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ. folha 44. (destaque feito pelo autor)



3º sebra mus

substituída com os exemplares das nações civilizadas. A necessidade de haver uma sala que aborde elementos das belas artes no museu representa o acompanhamento que esta instituição possuía com os modelos de museus existentes. É bem provável que o Museu Britânico e o Louvre sejam exemplos de museus a serem seguidos, pois, nesse momento, essas instituições eram compostas por uma mistura de história natural, artes plásticas e arqueologia. Mesmo sendo uma instituição pequena, o museu possuía exemplares artísticos que se equiparava aos grandes museus europeus, incluindo objetos das principais civilizações antigas do mundo: Roma, Grécia e Egito, sendo esta última com notável número de objetos.

Para além disso, o Manoel Araújo Porto Alegre evidenciou as dificuldades em seguir os modelos europeus, mostrando que no Brasil não havia mercados de antiguidades da Europa. Também fica evidente nessa descrição feita pelo diretor do museu, que até aquele momento, as antiguidades eram vistas como exemplares artísticos. No caso das antiguidades egípcias, a egiptologia estava acabando de nascer e não era de se esperar que esses objetos tivessem o mesmo tratamento que era dado na França ou na Inglaterra.

Ocasionalmente, após década de quarenta do séc. XIX, não houveram muitos registros sobre a coleção egípcia nos relatórios anuais. De fato, ocorreram novas aquisições, embora poucas. É interessante perceber, por meio dos relatórios, a existência de habitantes do Império que enviavam vários objetos para enriquecer a quarta seção do Museu Nacional. Este dado permite percebermos que existiam práticas do colecionismo privado na sociedade imperial, que poderiam estar sob a esfera de influências das atividades da instituição museal e do casal imperial. A importância da relação entre o colecionismo privado e a formação dos acervos do museu poder ser percebida no processo de doação das antiguidades pompeianas, pela imperatriz Teresa Cristina, em 1856. Passada a euforia com a coleção egípcia, o mais notável acontecimento na expansão da Seção de Numismática, Arte Liberais, Arqueologia e Usos e Costumes das nações não foi uma aquisição promovida pela instituição, mas sim a doação de uma coleção privada.



3º sebra MUS

Segundo Myriam Santos, o museu passou por uma desaceleração no ritmo do colecionismo de caráter mundial decorrente da diminuição do desejo de possuir objetos de várias nações, no momento em que a missão do Museu começou a caminhar para outro lado: a História Natural. “Em meados do século dezenove, mesmo o Museu Nacional [...] modifica o rumo de sua trajetória ao voltar-se quase que inteiramente para o estudo do reino da natureza” (SANTOS, 2000, p.285). Portanto, diferente das concepções de colecionismo do início do séc. XIX, o museu passou a seguir novas tendências e, para acompanhar as nações civilizadas, era necessário se atualizar, o que levou à decadência do colecionismo de antiguidades.

Conclusão

De modo a acompanhar as tendências colecionistas que surgiram durante o século XIX, o Museu Nacional teve como missão nesse período, além de construir uma instituição que colocasse o Brasil no *hall* das ciências naturais, de transformar o museu em um lugar que fosse o espelho dessa nação aos olhos dos viajantes e estrangeiros que por aqui vinham a procura da exuberante flora e fauna. Para além disso, era necessário mostrar que essa jovem nação seguia os padrões necessários de um museu que estava à altura dos da Europa.

A presença dessa coleção no Museu Nacional garantia prestígio e brilhantismo a jovem nação. Uma vez que essa foi a primeira coleção egípcia da América Latina, ela garantia que essa instituição possuísse um acervo rico e que mostrava a cultura material de vários lugares, não apenas do antigo Egito, mas da África Ocidental, Roma antiga na Seção de Numismática, Artes Liberais, Arqueologia e Usos e costumes das Nações Modernas. Portanto, além de representar os costumes de outros lugares, o museu criava uma imagem de si que representava a nação brasileira, mostrando que seus cidadãos estavam se civilizando através da ciência.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Luís Manuel de. **O Egito faraônico, Uma Civilização com três mil anos**. Lisboa: Arranha-céus, 2015. 449 p

BAKOS, Margaret Marchiori (org.). **Egiptomania, o Egito no Brasil**. São Paulo: Paris Editorial, 2004. 191 p.

BAKOS, Margaret Marchiori. Egiptomania no Brasil e na América do Sul. In: **A Busca do Mundo Antigo** – VII Encontro Nacional do Grupo de Trabalho de História Antiga (GTHA/ANPUH). 30 de agosto a 3 de setembro – 2010. ISBN 978-85-85936-92-1. (online).

BAKOS, Margaret Marchiori. O Egito antigo: na fronteira entre ciência e imaginação. In: NOBRE, C., CERQUEIRA, F., POZZER, K. (ed.) **Fronteiras & Etnicidade no mundo antigo. 13 Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos**. Pelotas, 2003: Canoas: ULBRA, 2005. p. 271-281. (online)

BAKOS, Margaret Marchiori. Three Moments of Egyptology in Brazil. In: **Proceedings of the Seventh International Congress of Egyptologists**. Leuven: Uitgeverij Peeters, 1998.

BRANCAGLION Jr. Antônio. **Tempo, matéria e permanência: O Egito na Coleção Eva Klabin Rapaport**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Fundação Eva Klabin Rapaport, 2001. 224p.

BRANCAGLION Jr., Antônio. From Egypt to Brazil an Egyptian collection in Rio de Janeiro. In: ELDAMATY, Mamdouh; TRAD, Mai. (orgs). **Egyptian Museum Collections around the World: studies for the Centennial of the Egyptian Museum, Cairo**. Egito. p.155-162.

BRANCAGLION Jr., Antônio. Revelando o passado: estudos da coleção egípcia do Museu Nacional. In: LESSA, Fábio de Souza; BUSTAMANTE, Regina (orgs). **Memória & Festa. VI Congresso da SBEC, XV Ciclo de Debates em História Antiga**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 76-77.

BRIGOLA, João Carlos. **Coleções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII**. Lisboa: FCG/FCT, 2003.

BRIGOLA, João Carlos. **Os viajantes e o livro dos museus**. Porto: Chaia & Dafne Editora, 2010. 228 p.

CARVALHO, Carolina Vaz de. Reorganizando o Gabinete: uma discussão sobre a categoria de “gabinetes de curiosidade” e o colecionismo na primeira era moderna. IN: **Anais do VI EPHIS**.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2006. 288 p.

EINAUDI, Sílvia. **Museu Egípcio do Cairo**. Rio de Janeiro: Mediafashion, 2009.

FERREIRA, Lucas dos Santos. Antiguidades egípcias: O comércio e as leis de proteção das heranças faraônicas. **Revista Eletrônica de Antiguidade**, Ano VII, Número I. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos da Antiguidade, UERJ. 14 p. Disponível em: <<http://www.revistanearco.uerj.br/arquivos/numero13/17.pdf>>. Acesso em: 01/07/2017.

FERREIRA, Maria de Simone. **Museus imperiais: uma viagem às imagens do Brasil na narrativa de Carl von Koseritz**. Rio de Janeiro: Cassará, 2012. 190 p.

LA FUENTE, M^a Amparo Arroyo de. El cardenal Pietro Bembo y el coleccionismo de piezas egípcias en el Renacimiento. **Glyphos, Revista de História**, nº3, 2015. pp.33-47.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Ancient History and the Antiquarian. In: **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**. Vol.13, Nº3/4 (1950).

SAID, Edward W.. **Cultura e imperialismo**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 567 p

SALES, José das Candeias. A Arqueologia Egípcia no século XIX: da «caça ao tesouro» à salvaguarda da herança faraônica. **Revista do Instituto Oriental da Universidade de Lisboa**. Lisboa: Coimbra Univ. Press.

SANTOS, Myriam S.. Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional. **Soc. estado**. Brasília, v. 15, n. 2, p. 271-302, Dec. 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 14 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922000000200005>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cultura. In: **SCHWARCZ, Lilian Moritz; SILVA, Alberto da Costa e. História do Brasil Nação: 1808-2010. Volume 1, Crise Colonial e Independência 1808-1830**. São Paulo: Fundación Mapfre, Objetiva. 2011.

SILIOTTI, Alberto. **Primeiros descobridores; A descoberta do Antigo Egito**. Barcelona: Folio, 2007. 200 p.

SILIOTTI, Alberto. **Viajantes e Exploradores: A descoberta do Antigo Egito**. Barcelona:



3°
sebra
MUS

Folio, 2007. 189 p.

VERCOUTTER, Jean. **Em busca do Egito Esquecido**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. 176 p